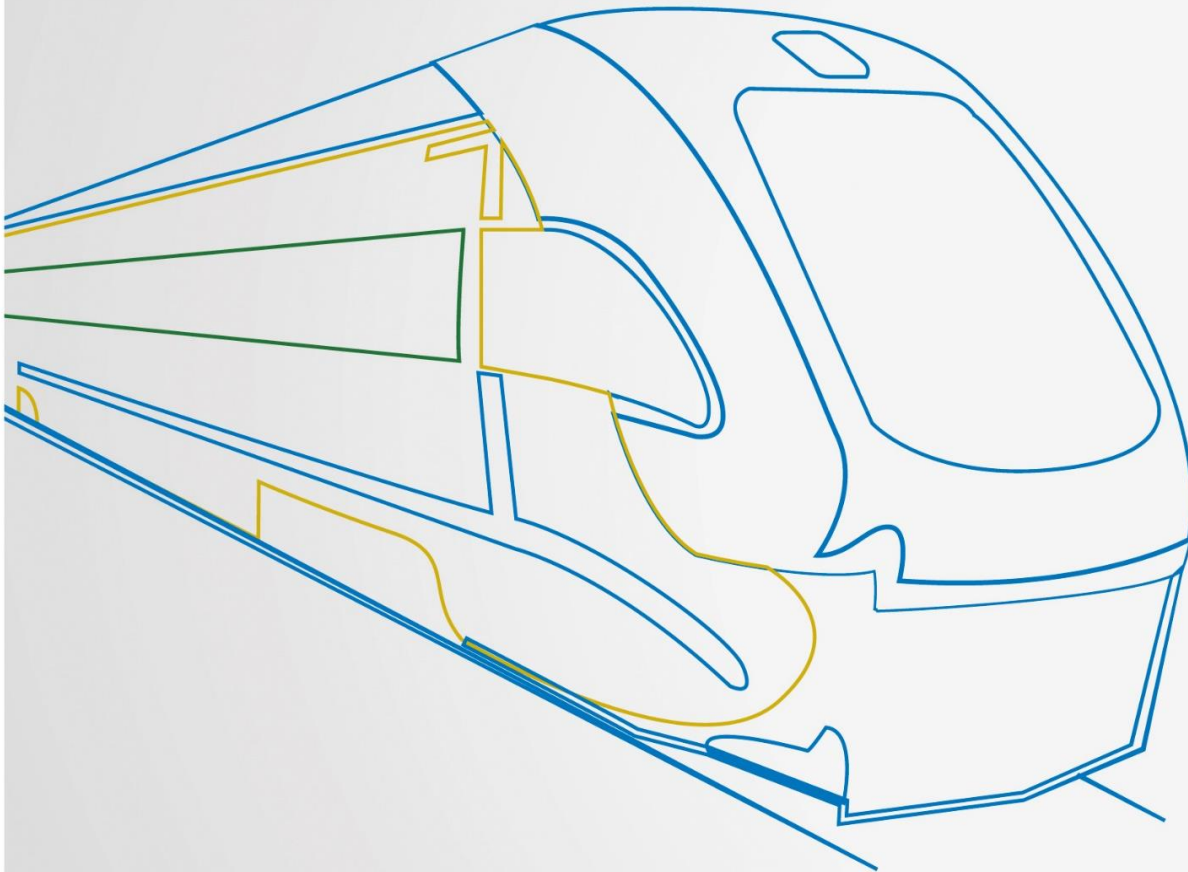


**CONTRATO Nº 014-2022/P**

**CBTU  
COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS  
URBANOS**

**&**

**KOVR SEGURADORA S.A**



---

CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS





**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

**CONTRATANTE: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU**

**CONTRATADA: KOVR SEGURADORA S.A**

**CLÁUSULAS CONTRATUAIS**

CLÁUSULA PRIMEIRA:	- OBJETO
CLÁUSULA SEGUNDA:	- EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
CLÁUSULA TERCEIRA:	- PRAZO DE VIGÊNCIA
CLÁUSULA QUARTA:	- INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS
CLÁUSULA QUINTA:	- VALOR DO CONTRATO
CLÁUSULA SEXTA:	- FORMA DE PAGAMENTO
CLÁUSULA SÉTIMA:	- DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
CLÁUSULA OITAVA:	- REAJUSTE
CLÁUSULA NONA:	- GARANTIA DE EXECUÇÃO ( <b>NÃO APLICÁVEL</b> )
CLÁUSULA DÉCIMA:	- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:	- OBRIGAÇÕES DA CBTU
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:	- TRIBUTOS
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:	- EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADES
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:	- GESTÃO E FISCALIZAÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:	- RECEBIMENTO DO OBJETO
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:	- SUBCONTRATAÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:	- SIGILO
CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:	- CESSÃO
CLÁUSULA DÉCIMA NONA:	- DIREITOS PATRIMONIAIS E AUTORAIS
CLÁUSULA VIGÉSIMA:	- ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA:	- SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA:	- EXTINÇÃO E RESCISÃO
CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA:	- RECURSO ADMINISTRATIVO
CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA:	- COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES
CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA:	- ANEXOS
CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA:	- CASOS OMISSOS
CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA:	- PUBLICAÇÃO
CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA:	- FORO

**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

Contrato de prestação de serviços que entre si celebram, de um lado a COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU e do outro, KOVR SEGURADORA S.A., na forma abaixo:

## **PREÂMBULO**

A COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 42.357.483/0001-26, com sede no endereço SAUS Quadra 01, Lote 1/6, Bloco H, Edifício Telemundi II, 2º e 11º a 14º andar – Asa Sul – Brasília/DF, nesta cidade, doravante denominada CBTU, neste ato representada por seu Diretor-Presidente JOSÉ MARQUES DE LIMA, portador da Carteira de Identidade nº [REDACTED], emitida pela SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº [REDACTED] e por seu Diretor de Planejamento e Relações Institucionais PEDRO AUGUSTO CUNTO DE ALMEIDA MACHADO, portador da carteira de identidade nº [REDACTED], expedida pelo SSP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº [REDACTED] e a empresa KOVR SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ-MF sob o nº 42.366.302/0001-28, com sede na Av Brigadeiro Faria Lima nº 3477 Torre B, ITAIM BIBI, em São Paulo/SP, doravante denominada CONTRATADA neste ato representada por seu Diretor Presidente THIAGO COELHO LEÃO DE MOURA, portador da Carteira de Identidade nº [REDACTED] expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº [REDACTED] e por seu Diretor EDUARDO VIEGAS SILVA, portador da Carteira de Identidade nº [REDACTED], expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº [REDACTED], resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, em decorrência da Licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 05-2022/GALIC/AC/CBTU**, Processo Administrativo PROT nº 725/2022, e em observância às disposições da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, do Decreto 8.945, de 27 de dezembro de 2016, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CBTU – RILC/CBTU e dos preceitos de direito privado, bem como em harmonia com os princípios constitucionais, princípios da Administração Pública, disposições do Tribunal de Contas da União e pelas Cláusulas e Condições a seguir enunciadas:

### **1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa seguradora no mercado nacional para emissão de apólice de seguro de responsabilidade civil de executivos – D&O (Directors & Officers), sem a interveniência de corretor/empresa corretora, para membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria, da Companhia Brasileira de Trens Urbanos, conforme especificações constantes do Termo de Referência, que é parte integrante deste instrumento – Anexo I.



1.2. Integram, ainda, o presente contrato a proposta apresentada pela **CONTRATADA** – Anexo II, o Termo de Confidencialidade – Anexo III, bem como o edital do Pregão Eletrônico nº 05-2022/GALIC/AC/CBTU, e o Regulamento Interno de Licitações, Contratações Diretas, Contratos e Convênios, da CBTU – RILC/CBTU, disponível em: [https://www.cbtu.gov.br/images/licitacoes/rilc\\_cbtu.pdf](https://www.cbtu.gov.br/images/licitacoes/rilc_cbtu.pdf); independentemente de transcrição.

1.3. Em caso de divergência ou contradição entre as disposições dos documentos mencionados nos itens anteriores e as deste contrato, prevalecerão as regras contidas no edital da licitação.

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

2.1. O serviço contratado será realizado por execução indireta, sob o regime de empreitada por **preço global**.

2.2. Os serviços a serem executados, bem como suas especificações e detalhamentos, constam do Termo de Referência, ANEXO I do presente Contrato.

2.3. Na execução dos referidos serviços, a **CONTRATADA** se compromete a cumprir as normas e especificações vigentes, observando os procedimentos técnicos mais avançados.

2.4. Durante toda a execução deste contrato a **CONTRATADA** se compromete a observar, integralmente, os dispositivos previstos no Código de Ética, no Código de Conduta e Integridade e na Política de Transações com Partes Relacionadas, todos elaborados pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU.

2.5. Para efeito de cumprimento da regra supracitada, os documentos referidos no item anterior se encontram disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos, facultando-se à **CONTRATADA**, ainda, solicitar formalmente cópia daqueles ao gestor deste instrumento:

2.5.1. Código de Ética:

<https://www.cbtu.gov.br/images/home/acbtu/codigodeeticacbtu190918.pdf>;

2.5.2. Código de Conduta e Integridade:

[https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/codigo\\_de\\_conduta\\_e\\_integridade.pdf](https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/codigo_de_conduta_e_integridade.pdf); e

2.5.3. Política de Transações com Partes Relacionadas:

[https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/politica\\_de\\_transacoes\\_com\\_partes\\_relacionadas.pdf](https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/politica_de_transacoes_com_partes_relacionadas.pdf).

2.6. A **CONTRATADA** deverá apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da solicitação pela gestão deste instrumento, um Certificado de Seguro ou Declaração de Cobertura contendo um resumo das condições do seguro e a confirmação de que a apólice se encontra em processo de emissão.

2.6.1. A apólice de seguro compatível com o objeto deste Contrato deverá ser emitida pela **CONTRATADA** no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de aprovação formal do Certificado ou Declaração de Cobertura pela **CBTU**.



2.6.2. A apólice deverá observar a normatização vigente, em especial a Circular nº 553/2017 da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, ou outra que venha a alterá-la ou substituí-la, bem como as condições previstas no item 4 do Termo de Referência – Anexo I.

2.7. Reserva-se à **CBTU** o direito de estabelecer normas e instruções complementares visando à perfeita execução dos serviços prestados pela **CONTRATADA**.

2.8. A execução do objeto do presente contrato ocorrerá na sede da **CONTRATADA**.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO DE VIGÊNCIA**

3.1. O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data da sua assinatura.

3.1.1. A vigência da apólice de seguro observará a regra prevista no item 6.1 do Termo de Referência – Anexo I.

3.2. O presente contrato poderá ser prorrogado por interesse das partes nos termos do artigo 71, da Lei nº 13.303/2016 e do artigo 233, do RILC-CBTU, até o limite de 5 (cinco) anos, mediante celebração de Termo Aditivo, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados, de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente:

3.2.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente, nos termos contratuais e da legislação vigente;

3.2.2. A **CBTU** mantenha interesse na realização do serviço;

3.2.3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a **CBTU**;

3.2.3.1. O valor do contrato será considerado vantajoso para **CBTU** quando for igual ou inferior ao valor estimado para a realização de novo procedimento de contratação; e

3.2.4. A **CONTRATADA** concorde expressamente com a prorrogação.

3.3. A **CONTRATADA** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.4. É possível a prorrogação deste contrato por prazo diverso do contratado originalmente.

3.4.1. No caso de a prorrogação ser por prazo superior ao contratado originalmente, deverá ser demonstrado tecnicamente, com base na complexidade e/ou na peculiaridade do objeto, o benefício advindo para a **CBTU**.

3.5. A prorrogação deste contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.

### **4. CLÁUSULA QUARTA – INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

4.1. O prazo para início da prestação dos serviços dar-se-á mediante a emissão pela **CBTU** da 1ª Ordem de Serviço e o aceite do referido documento pela **CONTRATADA**.

4.2. Será emitida uma Ordem de Serviço para cada exercício fiscal.



4.3. O prazo previsto no item 3.1, da Cláusula Terceira, só poderá ser suspenso, por acordo entre as partes, desde que ocorra motivo imperioso e extraordinário, devidamente justificado e comprovado, fato que ensejará a suspensão da execução do contrato enquanto perdurarem os motivos relevantes.

4.3.1. Também será permitida a suspensão do contrato por motivo de força maior devidamente comprovada.

**4.4. Além das hipóteses previstas no item anterior, este contrato poderá ser suspenso no caso de indisponibilidade de limite de empenho ou de limite financeiro decorrente de contingenciamento do orçamento fiscal da União.**

4.4.1. Neste caso a CBTU deverá notificar formalmente a CONTRATADA acerca da suspensão, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

4.5. A suspensão será formalizada através de Termo Aditivo, onde será definida, sempre que possível, a expectativa de prazo para o reinício da execução, sendo recomendável a elaboração de cronograma de execução.

4.6. Nestes casos a CBTU atribuirá ao contrato a título de prorrogação, um acréscimo de prazo igual ao período da suspensão.

## **5. CLÁUSULA QUINTA – VALOR DO CONTRATO**

5.1. Pela prestação dos serviços objeto do presente Contrato a CBTU pagará à CONTRATADA o valor global (prêmio) de **R\$ 318.500,00 (Trezentos e dezoito mil e quinhentos reais.)**.

**5.2. O pagamento do prêmio será realizado em parcela única, observadas as regras previstas na Cláusula Sexta deste instrumento, bem como no item 9 do Termo de Referência – Anexo I.**

5.3. No valor total previsto acima estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, necessárias à completa execução dos serviços contratados, além das despesas relativas ao apoio administrativo, escritórios, encargos relativos às leis sociais e trabalhistas, seguros, taxas, licenças e tributos de qualquer natureza, que incidam ou venham a incidir sobre o Contrato ou sobre o seu objeto, indispensáveis a perfeita execução e pleno desenvolvimento dos serviços, assim como o lucro da CONTRATADA.

## **6. CLÁUSULA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO**

6.1. O pagamento do prêmio será efetuado em **parcela única** até o 30º (trigésimo) dia da apresentação dos documentos de cobrança, que deverão ser enviados pela CONTRATADA em até 10 (dez) dias após o início de vigência da apólice de seguro, desde que haja certificação da gestão e fiscalização do contrato, observadas as demais condições previstas neste contrato.

6.1.1. Alternativamente os documentos de cobrança poderão ser encaminhados por meio digital, para o endereço eletrônico fornecido pelo Gestor deste contrato, desde que seja possível atestar a autoria e a integridade da documentação.





6.2. Os procedimentos para apresentação dos documentos de cobrança e pagamento se encontram definidos no item 9, do Termo de Referência – Anexo I.

6.3. Deverá ser apresentada, sob pena de não pagamento, a seguinte documentação pela **CONTRATADA**:

6.3.1. Nota fiscal/fatura, que deverá ser submetida à atestação pela gestão/fiscalização do contrato;

6.3.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, na forma da lei; e

6.3.3. Prova de regularidade com o Sistema da Seguridade Social, relativa ao INSS e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, na forma da lei.

6.4. No caso de contratos com pagamentos por etapas, a **CONTRATADA** poderá apresentar os documentos de cobrança à **CBTU** tão logo ocorra a atestação pela fiscalização/gestão do cumprimento das etapas contratuais previstas.

6.5. Do valor das faturas a serem pagos serão deduzidos/retidos os encargos fiscais e previdenciários cabíveis, de acordo com a legislação e as normas internas pertinentes.

6.6. No caso de eventuais atrasos de pagamento de obrigações contratuais, incidirão sobre os valores devidos juros moratórios simples de 6% (seis por cento) ao ano, ou seja 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, *pro rata die*, desde a data do vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento da obrigação principal.

6.6.1. Nesta hipótese, deverá ser aplicada a fórmula prevista no item 9.4, do termo de Referência – Anexo I.

6.7. A atualização monetária por eventuais atrasos de pagamento das obrigações contratuais será calculada com base na variação do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, *pro rata die*, desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento da obrigação principal.

6.8. No caso de a documentação apresentar alguma irregularidade, será considerada para aplicação do disposto nos itens 6.6 e 6.7 a data do recebimento da documentação devidamente regularizada na **CBTU**.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

7.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista para o exercício de **2022**, conforme classificação abaixo:

7.1.1. Programa de Trabalho: 15.122.0032.2000.0001

7.1.2. Elemento de Despesa: 339039

7.1.3. Plano Interno: A1DEGV03

7.1.4. Categoria Econômica: ORCUST

7.1.5. Nota de Empenho: 2022NE501, data 07/04/2022



7.2. A despesa para os exercícios subsequentes, quando for o caso, será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada a **CBTU**, pela Lei Orçamentária Anual.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE**

8.1. O valor deste contrato será fixo e irrevogável durante o período de 12 (doze) meses, contados da data da proposta da **CONTRATADA** – Anexo II.

8.2. O valor consignado no contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data da apresentação da proposta final, aplicando-se a variação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA**, observadas as regras previstas no item 15 do Termo de Referência – Anexo I.

8.2.1. Considera-se proposta final aquela que houver sido **adjudicada** no procedimento licitatório do qual se originou este contrato.

## **9. CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

9.1. Esta cláusula não se aplica ao contrato, nos termos do item 14, do Termo de Referência – Anexo I.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

10.1. Compete à **CONTRATADA** o cumprimento das obrigações previstas no **item 18**, do Termo de Referência – Anexo I:

10.2. Além das obrigações constantes das demais cláusulas contratuais, do edital de licitação, do termo de referência e da proposta, partes integrantes deste termo de contrato, independente de transcrição, cabe à **CONTRATADA** o cumprimento das seguintes obrigações:

10.2.1. Manter, durante a vigência deste contrato, todas as condições de habilitação exigidas quando da contratação, em especial àquelas referente à qualificação técnica previstas no item 17 do Termo de Referência – Anexo I, devendo proceder com a devida comprovação sempre que for solicitado pela **CBTU**;

10.2.2. Comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de licitar e contratar com a **CBTU**, nos termos da Lei nº 13.303/2016;

10.2.3. Cumprir, dentro dos prazos estipulados, as obrigações contratuais assumidas;

10.2.4. Respeitar as normas e procedimentos internos da **CBTU**, inclusive os relativos ao acesso às dependências da Companhia, visando à perfeita execução do objeto deste contrato, apresentando as informações solicitadas e os documentos comprobatórios do adequado cumprimento das obrigações contratuais.

10.2.5. Organizar, técnica e administrativamente os serviços sob sua responsabilidade, bem como supervisionar, administrar e direcionar as atividades de seus empregados e, em sendo o caso, de seus subcontratados autorizados, responsabilizando-se integralmente por todos os





atos e/ou omissões daqueles quanto às técnicas utilizadas na execução dos serviços e ao atendimento das normas e legislações vigentes.

10.2.6. Responsabilizar-se pelo estudo e avaliação das especificações técnicas e documentos fornecidos pela **CBTU**, bem como pela execução e qualidade dos serviços contratados, utilizando-se de pessoal qualificado, equipamentos, materiais e procedimentos técnico-administrativos adequados, cabendo-lhe alertar a **CBTU** sobre falhas técnicas ou quaisquer anormalidades eventualmente encontradas.

10.2.7. Responsabilizar-se pelo transporte do seu pessoal até as dependências da **CBTU**, quando for o caso.

10.2.8. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou dos materiais empregados.

10.2.9. Responder pela correção e qualidade dos serviços nos termos da proposta apresentada, observadas as normas técnicas, administrativas e éticas aplicáveis.

10.2.10. Responder por todos os danos causados diretamente à **CBTU** ou a terceiros, durante a execução deste contrato, não restando excluída ou reduzida esta pela presença da ou acompanhamento da execução pela fiscalização do contrato.

10.2.11. Alocar os recursos materiais e humanos necessários à execução do objeto contratual, assumindo integral e exclusiva responsabilidade sobre todos e quaisquer ônus trabalhistas e previdenciários, bem como os atinentes a seguro com acidentes de trabalho de seus empregados, zelando pela fiel observância da legislação incidente.

10.2.12. Pagar todos os encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto deste contrato, podendo a **CBTU**, a qualquer tempo, exigir da **CONTRATADA** a comprovação de sua regularidade.

10.2.13. Permitir vistorias e acompanhamento da execução do objeto contratual pela gestão e/ou fiscalização do contrato.

10.2.14. Providenciar para que não haja qualquer parada ou atraso na execução dos serviços objeto deste contrato e, se por qualquer motivo, ocorrer a indisponibilidade de qualquer serviço ou recurso, se comprometa a buscar os meios necessários ao seu imediato restabelecimento, sem qualquer ônus adicional à **CBTU**.

10.2.15. Não infringir quaisquer direitos autorais, patentes, registros ou propriedade de marcas que tenham relação com o objeto deste contrato, sendo responsável pelos prejuízos, inclusive honorários de advogado, custas e despesas decorrentes de qualquer medida, processo administrativo ou judicial iniciado em face da **CBTU**, por quaisquer fundamentos desta natureza.



10.2.16. Designar um preposto como responsável pelo contrato para ser o interlocutor da **CONTRATADA** perante a **CBTU**, podendo, eventualmente, participar de reuniões, devendo zelar pelo fiel cumprimento das obrigações previstas neste instrumento.

10.2.17. Cuidar para que o preposto indicado mantenha permanente contato com a unidade responsável pela fiscalização do contrato e adote as providências requeridas relativas à execução dos serviços pelos empregados, assim como comande, coordene e controle a execução dos serviços contratados.

10.2.18. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à **CBTU**, nem poderá onerar o objeto deste contrato.

10.3. A **CONTRATADA** deverá apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da solicitação pela gestão deste contrato, o Certificado de Seguro ou Declaração de Cobertura contendo um resumo das condições do seguro e a confirmação de que a apólice se encontra em processo de emissão.

10.4. A **CONTRATADA** deverá emitir a apólice condizente com as disposições do Termo de Referência – Anexo I, e com a normatização vigente, em especial a Circular nº 553/2017 da SUSEP, ou outra que venha a alterá-la ou substituí-la, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da aprovação formal do Certificado ou Declaração de Cobertura pela gestão deste contrato.

10.5. A **CONTRATADA** deverá observar, integralmente, durante toda a execução deste instrumento, os dispositivos previstos no Código de Ética, no Código de Conduta e Integridade e na Política de Transações com Partes Relacionadas, todos elaborados pela **CBTU**, conforme previsto nos itens 2.4 e 2.5, da Cláusula Segunda deste Contrato.

10.6. A **CONTRATADA** deverá, ainda, observar as regras relativas:

10.6.1. Às condições da Apólice, inclusive as coberturas adicionais e as exclusões, na forma do item 4, do Termo de Referência – Anexo I;

10.6.2. À Regularização do Sinistro, na forma do item 5, do Termo de Referência – Anexo I;

10.6.3. À Cláusula Específica de Exclusão de Atos Lesivos Contra a Administração Pública e Privada, na forma do item 6, do Termo de Referência – Anexo I.

10.7. São expressamente vedadas à **CONTRATADA**:

10.7.1. A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização por escrito da **CBTU**, devendo ser observadas as regras estabelecidas no Termo de Confidencialidade – Anexo III;

10.7.2. A subcontratação de outra empresa para a execução do objeto, conforme previsão do item 22 do Termo de Referência – Anexo I; e



10.7.3. Ceder ou transferir a terceiros o presente Contrato, no todo ou em parte, sem **prévio** e **expresso** consentimento por escrito da **CBTU**.

10.8. A **CONTRATADA** deverá ainda adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CBTU**

11.1. Compete à **CBTU** o cumprimento das obrigações previstas no **item 17**, do Termo de Referência – Anexo I:

11.2. Além das obrigações constantes das demais cláusulas contratuais, do edital de licitação, do termo de referência e da proposta, partes integrantes deste termo de contrato, independente de transcrição, cabe à **CBTU**:

11.2.1. Garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, a fim de manter as condições efetivas da proposta, conforme previsão do artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal.

11.2.2. Fornecer todas as informações, esclarecimentos e documentos necessários à **CONTRATADA** para a perfeita execução dos serviços;

11.2.3. Exercer, através do Gestor e do Fiscal, ampla fiscalização e acompanhamento durante a execução dos serviços objeto deste contrato;

11.2.4. Realizar o recebimento do objeto contratual, quando o mesmo estiver em conformidade com as especificações constantes deste contrato e do termo de referência;

11.2.5. Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA** pelos serviços prestados, nas condições estabelecidas neste contrato;

11.2.6. Indicar os empregados para a gestão e fiscalização do contrato;

11.2.7. Fornecer condições adequadas para instalação dos equipamentos, quando for o caso;

11.2.8. Comunicar, sempre por escrito e em tempo hábil, à **CONTRATADA**, quaisquer instruções e/ou procedimentos a serem adotados em relação aos serviços contratados;

11.2.9. Aplicar à **CONTRATADA** as penalidades contratuais e legais cabíveis, mediante procedimento administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa; e

11.2.10. Expedir após o fim do Contrato, Termo de Encerramento, a ser assinado pelas partes, desde que não existam pendências físicas e/ou financeiras no Contrato.

11.3. A **CBTU** deverá disponibilizar à **CONTRATADA**, através do gestor deste contrato, seu Código de Ética, seu Código de Conduta e Integridade e sua Política de Transações com Partes Relacionadas, em meio eletrônico e/ou físico.



## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – TRIBUTOS**

12.1. Atribui-se à **CONTRATADA** a responsabilidade pelo pagamento de quaisquer tributos existentes à data da assinatura do Contrato, seja obrigação acessória ou principal e cuja incidência decorra, direta ou indiretamente, do negócio jurídico aqui formulado, bem como seguros, licenças e Alvarás exigidos pelo Poder Público.

12.2. A inadimplência da **CONTRATADA** com referência aos encargos mencionados no item anterior, não transfere à **CBTU** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato ou restringir a regularização e a prestação dos serviços.

12.3. Em caso de alteração das alíquotas dos tributos ou instituição de novos a partir da data da apresentação da proposta que venham a incidir diretamente nos preços dos serviços objeto do Contrato, estes preços poderão ser alterados desde que comprovado por meio de documento hábil a ser apresentado pela **CONTRATADA** tão logo sejam oficialmente publicados.

12.4. O disposto no item anterior não se aplica se qualquer dos eventos acima resultar de mora imputável à **CONTRATADA**.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADES**

13.1. As partes não são responsáveis pelo inadimplemento que resultar de casos fortuitos ou de força maior previsto no artigo 393 do Código Civil Brasileiro.

13.2. A parte cuja obrigação for impedida ou retardada por qualquer dos fatos ou atos acima mencionados, deverá, imediatamente, comunicar e provar a ocorrência, expondo as razões pelas quais está compelida a retardar a execução do pactuado.

13.3. Cessando o impedimento, aplica-se, se for o caso, o disposto nos itens 4.3 e 4.4 da Cláusula Quarta.

## **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

14.1. A gestão, a fiscalização e a supervisão deste Contrato ficarão a cargo da **CBTU**, através da área demandante da contratação que, dentre outras atribuições que lhe são próprias, terá o encargo de acompanhar a conformidade da execução dos serviços, materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste; apontando os atrasos e fatos ocorridos durante a execução dos serviços passíveis de sanções.

14.1.1. Os empregados responsáveis pela gestão e fiscalização deste contrato serão especialmente designados por ato específico no prazo de 10 (dez) dias contados da sua assinatura.

14.2. As atividades de fiscalização deverão observar as regras estabelecidas neste contrato, no edital de licitação, no termo de referência e na proposta da **CONTRATADA**, bem como a legislação aplicável e as normas internas específicas da **CBTU**, em especial o RILC-CBTU e a



Resolução do Diretor de Administração e Finanças nº 031-09, de 20 de fevereiro de 2009, ou qualquer outro ato normativo que venha a alterá-la ou substituí-la.

14.3. A **CONTRATADA** deverá designar um representante para acompanhamento e controle da execução dos serviços objeto deste contrato, no mesmo prazo previsto no subitem 14.1.1.

14.3.1. As deliberações tomadas de comum acordo entre o gestor indicado pela **CBTU** e o representante da **CONTRATADA** serão suficientes para o cumprimento das obrigações estipuladas na avença, incluídos os cronogramas físico e financeiro, quando houver.

14.3.2. As deliberações e demais documentos produzidos pelos representantes das partes serão havidos como parte integrante e complementar do presente contrato.

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – RECEBIMENTO DO OBJETO**

15.1. Considerando se tratar de contratação de serviço profissional especializado, previsto no inciso II, do art. 226, do RILC/**CBTU**, o recebimento do objeto se dará apenas de modo definitivo pela gestão do contrato, uma vez verificado que o objeto contratual está em conformidade com as exigências deste Termo de Referência, do contrato e da proposta apresentada pela **CONTRATADA**.

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - SUBCONTRATAÇÃO**

16.1. Nos termos do item 22, CONSIDERAÇÕES GERAIS, do Termo de Referência – Anexo I, bem como do subitem 4.2.5, do Edital, **NÃO SERÁ ADMITIDA A POSSIBILIDADE DE SUBCONTRATAÇÃO** do objeto contratual.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – SIGILO**

17.1. A **CONTRATADA** se compromete a manter sigilo relativamente aos dados, materiais, documentos e informações de natureza sigilosa que venha a ter acesso em decorrência da execução deste contrato, responsabilizando-se pela orientação de seus empregados acerca desta Cláusula e respondendo, em caso de descumprimento da mesma, na forma da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e demais normas aplicáveis.

17.1.1. No momento da celebração deste contrato, a **CONTRATADA** deverá assinar e entregar o Termo de Confidencialidade – Anexo III.

## **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – CESSÃO DO CONTRATO**

18.1. Fica vedado à **CONTRATADA** transferir ou ceder, a qualquer título, os direitos e obrigações assumidos nesse contrato, bem como caucioná-lo ou utilizá-lo para qualquer operação financeira.

## **19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DIREITOS PATRIMONIAIS E AUTORAIS**

19.1. Os direitos patrimoniais e autorais de projetos ou serviços técnicos especializados desenvolvidos por profissionais autônomos ou por empresas contratadas decorrentes da



execução deste contrato passam a ser propriedade da **CBTU**, sem prejuízo da identificação dos respectivos autores e da responsabilidade técnica a eles atribuída.

19.1.1. A **CONTRATADA** fica proibida de comercializar os produtos gerados, relativos à prestação dos serviços de que trata o objeto deste Contrato.

## **20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

20.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 81, da Lei nº 13.303/2016.

20.1. As alterações contratuais serão formalizadas através de Termo Aditivo.

20.2. A celebração de aditamentos contratuais deverá ser precedida de acordo entre as partes e atenderá às regras dispostas nos artigos 232 e 234, do RILC/CBTU.

20.3. Nenhum acréscimo poderá exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, facultada a supressão acima deste limite, observada, em ambos os casos, a necessidade de acordo prévio entre as partes.

## **21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

21.1. São situações ensejadoras da aplicação de sanções à **CONTRATADA**, o atraso injustificado na execução deste contrato (mora) e/ou a sua inexecução total ou parcial.

21.2. O atraso injustificado na execução deste contrato sujeita a **CONTRATADA** à multa de mora, nos termos do artigo 82, da Lei nº 13.303/2016.

21.2.1. A multa moratória será de 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor do contrato, até o limite de 15 (quinze) dias.

21.2.2. A multa moratória será de 5% (cinco por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de atraso na execução do objeto por período superior ao previsto no subitem acima;

21.2.3. Após o décimo quinto dia e a critério da **CBTU**, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida; e

21.2.4. A multa a que alude este item não impede que a **CBTU** rescinda e/ou aplique as outras sanções previstas neste contrato.

21.3. A inexecução total ou parcial deste contrato sujeita a **CONTRATADA** às seguintes sanções, desde que observado o devido processo administrativo sancionador, garantidos o contraditório a ampla defesa e o devido processo legal:

21.3.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;





21.3.2. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato (prêmio bruto), no caso de inexecução parcial do objeto, bem como nas demais violações ou descumprimentos de Cláusulas deste instrumento, excluídas as hipóteses de caso fortuito e/ou força maior, nos termos do subitem 10.2.2 do Termo de Referência – Anexo I;

21.3.3. Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato (prêmio bruto), no caso de inexecução total do objeto, sem prejuízo de eventual ajuizamento de ação de perdas e danos, excluídas as hipóteses de caso fortuito e/ou força maior, nos termos do subitem 10.2.3 do Termo de Referência – Anexo I; e

21.3.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com toda a **CBTU**, incluindo a Administração Central e as Superintendências de Trens Urbanos, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

21.4. A multa aplicada após regular processo administrativo sancionador será compensada com eventuais créditos em favor da **CONTRATADA** decorrentes deste Contrato, observadas as disposições do artigo 368 e seguintes do Código Civil Brasileiro.

21.5. Caso não seja possível a utilização da regra prevista no item anterior, a multa será executada na seguinte ordem:

21.5.1. Mediante cobrança administrativa, através do envio, pelo gestor do contrato, de Guia de Recolhimento da União – GRU, à **CONTRATADA**, para pagamento no prazo definido pela autoridade competente;

21.5.2. Mediante desconto da garantia de execução, caso prevista;

21.5.3. Mediante descontos dos pagamentos eventualmente devidos pela **CBTU**, caso a multa seja de valor superior ao valor da garantia prestada, sem prejuízo da perda desta; ou

21.5.4. Mediante processo de execução, valendo o presente contrato como título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784, inciso III, do Novo Código Processual Civil.

21.6. A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **CBTU** poderá ser aplicada à **CONTRATADA** nas hipóteses previstas pelo artigo 245, do RILC/CBTU.

21.7. As sanções previstas nesta Cláusula poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão deste contrato:

21.7.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

21.7.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; ou

21.7.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a **CBTU**, em virtude de atos ilícitos praticados.



21.8. O processo administrativo sancionador observará o disposto nos artigos 247 e 248, do RILC/CBTU.

21.9. Aplicam-se a este contrato as normas de direito penal previstas no Capítulo II-B do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

## **22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – EXTINÇÃO E RESCISÃO**

22.1. Este contrato será extinto:

22.1.1. Pela completa execução do seu objeto ou pelo advento de termo ou condição nele prevista;

22.1.2. Pelo término do seu prazo de vigência;

22.1.3. Pela sua rescisão.

22.2. A rescisão deste contrato poderá ser:

22.2.1. Por ato unilateral de qualquer das partes, precedido de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada a ser enviada a outra parte com antecedência mínima de **30 (trinta) dias**, nos termos do artigo 241, parágrafo 1º, do RILC-CBTU;

22.2.2. Amigável, por acordo entre as partes reduzida a termo de distrato, desde que haja conveniência para a **CBTU**;

22.2.3. Pela via judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

22.3. No caso de a **CONTRATADA** solicitar a rescisão unilateral, sem que haja culpa da **CBTU**, deverão ser observadas as seguintes regras:

22.3.1. A **CONTRATADA** deverá continuar executando integralmente este contrato durante o decurso do prazo previsto no subitem 22.2.1, só podendo dar por encerrada a sua execução após liberação formal e escrita da **CBTU**;

22.3.2. A **CONTRATADA** deverá comprovar, em até 15 (quinze) dias da sua solicitação de rescisão unilateral, o recolhimento de 10% (dez por cento) do saldo remanescente deste contrato, a título de ressarcimento, sem prejuízo da regra prevista no item 22.6;

22.4. É vedado à **CONTRATADA** invocar a rescisão unilateral para se eximir de responsabilidades decorrentes da inexecução parcial ou total deste Contrato

22.5. Constituem motivos para a rescisão deste contrato as hipóteses previstas no artigo 240, do RILC/CBTU, sendo dispensável observar o prazo previsto no subitem 22.2.1., desta Cláusula.

22.6. Quando a rescisão deste contrato ocorrer sem que haja culpa da outra parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, desde que regularmente comprovados.

22.7. A rescisão deste contrato será publicada no Diário Oficial da União.

**23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – RECURSO ADMINISTRATIVO**

23.1. Das penalidades aplicadas em decorrência deste contrato caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da intimação ou da ciência do ato.

23.1.1. Os recursos obedecerão ao disposto no artigo 251, do RILC/CBTU.

**24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES**

24.1. Fica estabelecido que quaisquer avisos e/ou comunicações entre as partes serão efetuados por escrito e dirigidos para os seguintes endereços:

24.1.1. **Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU**

24.1.1.1. Endereço: Setor de Autarquias Sul, Quadra 01, Lote 1/6, Bloco H, Edifício Telemundi II, 11º ao 14º andar, Brasília – DF, CEP.: 70.070-010;

24.1.1.2. Correio Eletrônico: governanca@cbtu.gov.br

24.1.1.3. Telefone:

24.1.2. Empresa: **Kovr Seguradora S.A**

24.1.2.1. Endereço: Av Brigadeiro Faria Lima nº 3477 Torre B, ITAIM BIBI, em São Paulo/SP

24.1.2.2. Correio Eletrônico: juridico.licitações@kovr.com.br

24.1.2.3. Telefone: (011) 54121800

**25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – ANEXOS**

25.1. Integram este contrato, independente de transcrição, os seguintes documentos:

25.1.1. ANEXO I – Termo de Referência;

25.1.2. ANEXO II – Proposta de Preços da **CONTRATADA**, datada de 11/03/2022;

25.1.3. ANEXO III – Termo de Confidencialidade assinado pela **CONTRATADA**;

25.1.3. Edital do Pregão Eletrônico nº 05-2022/GALIC/AC/CBTU; e

25.1.4. O Regulamento Interno de Licitações, Contratações Diretas, Contratos e Convênios, da CBTU – RILC/CBTU, disponível em: [https://www.cbtu.gov.br/images/licitacoes/rilc\\_cbtu.pdf](https://www.cbtu.gov.br/images/licitacoes/rilc_cbtu.pdf).

25.2. Em caso de divergência entre as disposições do presente Contrato e as dos documentos referidos nesta Cláusula prevalecerão as disposições do Edital.

**26. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – CASOS OMISSOS**

26.1. Os casos omissos que porventura surgirem quando da execução do objeto contratual ou da interpretação das Cláusulas deste contrato serão decididos pela **CBTU**, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303/2016 e no RILC/CBTU, bem como nos preceitos de direito privado.



## **27. CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

27.1. Incumbirá à **CBTU** providenciar a publicação do extrato deste Contrato no Diário Oficial da União, até o último dia útil do mês subsequente ao de sua celebração.

27.1.1. No mesmo prazo estipulado no item acima será disponibilizada a integralidade deste contrato no sítio eletrônico da **CBTU** na internet.

## **28. CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – FORO**

28.1. As partes contratantes elegem o foro da Seção Judiciária do Distrito Federal – Justiça Federal, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão oriunda deste Contrato.

E assim, por estarem justas e contratadas, firmam o presente, por si, seus herdeiros e ou sucessores, na presença das testemunhas abaixo.

Brasília, de de 2022.

P/ CONTRATANTE: **COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU:**

Assinado de forma digital por  
JOSE MARQUES DE  
LIMA: [REDACTED]  
Dados: 2022.05.05 15:15:37  
-03'00'

**José Marques de Lima**  
Diretor-Presidente

Assinado digitalmente por PEDRO AUGUSTO CUNTO DE  
ALMEIDA MACHADO: [REDACTED]  
DN: C=BR, O=CP-Brasil, OU=Secretaria de Receita Federal do  
Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=(EM BRANCO),  
OU=29118635000114, O=Presencial, CN=PEDRO AUGUSTO  
CUNTO DE ALMEIDA MACHADO, [REDACTED]  
[REDACTED]  
Eu sou o autor deste documento  
localização sua localização de assinatura aqui  
Data: 2022.05.05 14:44:04-03'00'  
Foxit PDF Reader Versão: 11.2.1

**Pedro Augusto Cunto de Almeida Machado**  
Diretor de Planejamento e Relações Institucionais

P/ CONTRATADA: **KOVR SEGURADORA S.A:**

Assinado de forma digital por THIAGO  
COELHO LEAO DE MOURA: [REDACTED]  
Dados: 2022.05.04 11:29:33 -03'00'

**Thiago Coelho Leão de Moura**  
Diretor Presidente

Assinado de forma digital por EDUARDO  
VIEGAS SILVA: [REDACTED]  
Dados: 2022.05.04 11:30:11 -03'00'

**Eduardo Viegas Silva**  
Diretor

**Testemunhas:**

Assinado de forma digital por VALMIR  
AZEVEDO: [REDACTED]  
Dados: 2022.05.04 12:39:26 -03'00'

1-  
CPF: [REDACTED]

Assinado de forma digital por  
GLAUCIA MARIA BENICIO: [REDACTED]  
Dados: 2022.05.04 11:38:07  
-03'00'

2-  
CPF: [REDACTED]